



A COLEÇÃO ARQUIVAR O TEATRO

MUITAS LIÇÕES EM OITO
PEQUENOS LIVRETOS

ANDREISE GAUTERIO SANTORUM

CENTRO DE ESTUDOS DE TEATRO DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (CET-FLUL)

E escrevo esta recensão a partir de um lugar específico que importa sublinhar. Não sou arquivista ou investigadora da ciência arquivística. Sou historiadora, pesquisadora da história do teatro e artista teatral com uma trajetória que já contabiliza muitas horas de trabalho no arquivo. Os Arquivos (letra maiúscula) onde nós investigadores trabalhamos, e os arquivos (letra minúscula) em que mergulhamos para fazer as nossas pesquisas, tornam-se quase casa para a maioria de nós. Espaços familiares de onde nos construímos e desconstruímos cotidianamente. É deste lugar que tenho acompanhado o trabalho do projeto ARTHE e é a partir dele que agora leio a coleção Arquivar o Teatro.

O ARTHE – Arquivar o Teatro foi um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e acolhido pelo Centro de Estudos de Teatro (CET/FLUL) entre 2022 e 2024. Sendo o “primeiro projeto de investigação a realizar uma aproximação aos arquivos das companhias de teatro em Portugal” com o objetivo de “identificar existências, lacunas e modalidades de arquivamento praticadas pelas companhias e instituições, com vista a construir um mapa nacional e a combater o desaparecimento de informação fundamental”, conforme definem Maria João Brilhante e Ana Bigotte Vieira na abertura do primeiro livreto desta coleção.

Estudar contextos históricos, encontrar ferramentas teóricas e metodológicas, estabelecer critérios de análise, buscar inspirações em outras experiências, para depois mapear e diagnosticar, cruzar dados e analisar informações, debater ideias e reformular questões, observando e escutando atentamente (pessoas, documentos, arquivos) as histórias que estes revelam ou ocultam foi a missão do projeto ARTHE ao longo destes três anos de investigação. Partindo da análise de vinte e dois arquivos – dois deles sediados no CET/FLUL (os arquivos do Teatro da Cornucópia e de Mário Barradas) e os outros

vinte espalhados por diferentes localidades do país, pertencentes às companhias teatrais parceiras do projeto^[1] – a equipe investigou os processos de teatro independente e de descentralização teatral, fundamentais para a história do teatro português, e mapeou a situação dos arquivos teatrais em Portugal, tornando possível identificar problemas e elencar possíveis soluções contra o enorme e latente risco de apagamento da História (e das histórias).

Uma das preocupações constantes do ARTHE foi a divulgação das suas atividades, compartilhando o passo a passo do projeto e abrindo espaço para debates e trocas de experiências através da promoção de *newsletters* mensais^[2], da organização de jornadas e congressos académicos, estando prevista ainda a publicação de um *e-book* e de um *Manual de boas práticas*. É neste contexto de partilha que se insere a coleção Arquivar o Teatro, que acompanha todo o percurso do ARTHE em uma linha do tempo que vai desde a sua concepção até a finalização do projeto.

Estruturada em oito pequenos livretos, a coleção nos convida a refletir sobre uma série de questões complexas através de uma linguagem simples e objetiva. Tanto os livretos quanto os capítulos que integram cada um deles dialogam constantemente entre si, questão crucial que

^[1] O projeto ARTHE contou com a participação ativa de vinte companhias teatrais que desempenharam um papel central nos processos de teatro independente e descentralização teatral em Portugal. São elas: TAS – Teatro Animação de Setúbal; GICC – Teatro das Beiras; Teatro de Marionetas do Porto; Bonifrates; Teatro Regional da Serra do Montemuro; Teatro Maizum; TEL – Teatro Experimental de Lagos; Companhia Cegada; Chão de Oliveira; ATEF – Associação Teatro Experimental do Funchal; Aquilo Teatro; ACERT – Trigo Limpo Teatro; CTB – Companhia Teatro de Braga; Teatro Art’Imagem; Companhia de Teatro de Almada; CENDREV – Centro Cultural de Évora; O Bando; TEP – Teatro Experimental do Porto; Seiva Trupe – Teatro Vivo; e A Comuna – Teatro de Pesquisa. A lista com os nomes e as respectivas localizações de cada companhia podem ser conferidos no website do projeto: <https://arthe.ceteatro.pt/companhias/>.

^[2] As *newsletters* foram publicadas mensalmente entre maio de 2023 e fevereiro de 2025, e estão disponibilizadas no site do projeto.

nem sempre se cumpre quando falamos sobre coleções. O conjunto de autores é formado pelos próprios membros da equipe do ARTHE, pelos investigadores que atuaram como consultores do projeto^[3] e por uma gama de outros renomados especialistas que foram convidados a colaborar. Situados entre a história contemporânea, a sociologia, a antropologia, a história oral, os estudos do teatro e da performance, as humanidades digitais e a ciência arquivística, estes autores marcam o carácter profundamente interdisciplinar da coleção. Partindo do palco, do museu ou do arquivo, situados em Portugal, no Brasil ou no Chile, estes investigadores dividem com o leitor as suas experiências de pesquisa e os resultados que foram alcançando em textos que mesclam rigor científico, ampla experiência empírica e fundamentação teórica de peso com uma linguagem profundamente afetiva.

A contribuição desta coleção para a historiografia é inegável pelo ineditismo que a caracteriza e pelo debate fundamental que traz à tona. Os livretos nos apresentam uma ampla gama de problematizações, nos convidando a pensar sobre o que é um arquivo e o que não é; sobre por que arquivar e como arquivar; sobre a importância de ativar o arquivo, de utilizá-lo, de torná-lo vivo; sobre as noções (no plural) de teatro independente e de descentralização teatral e o que elas revelam sobre a história do teatro português; sobre a importância das pequenas histórias para a reescrita da História; sobre o necessário encontro das artes performativas com o ambiente digital e também sobre os novos riscos que esse encontro oferece.

Para além das questões mais gerais que permeiam toda a coleção, é importante apresentar de forma muito sintética os aspectos que se destacam em cada um dos livretos.

^[3] Os nomes de toda a equipe do ARTHE, bem como os nomes dos investigadores consultores do projeto, podem ser conferidos em: <https://arthe.ceteatro.pt/equipa/>.

LIVRO 1

ARTHE – ARQUIVAR O TEATRO: PRIMEIROS PASSOS DE UM PROJETO

Maria João Brilhante (coord.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2023, 46 pp.

Subdividido em cinco capítulos, o primeiro livreto da coleção trata da apresentação do ARTHE pela própria equipe do projeto, dando a conhecer questões como: no que ele consiste; quais foram os seus objetivos gerais e específicos; quais foram os seus antecedentes e de que forma isso marcou a essência do projeto ainda no momento da sua concepção; as diferentes vertentes da investigação e os resultados previstos ao final dos três anos de execução.

Maria João Brilhante, Ana Bigotte Vieira, Laura Rozas Letelier, Fábio Marques Belém, Pedro Cerejo e Tiago Ivo Cruz abrem a coleção oferecendo uma introdução sobre as noções de teatro independente e de descentralização teatral e informando de que forma estas noções seriam trabalhadas pelo ARTHE, nos apresentando o arquivo do Teatro da Cornucópia e os arquivos das companhias parceiras do projeto, informando o leitor sobre os critérios utilizados para a escolha destas companhias, e os instrumentos que foram elaborados em conjunto com estes grupos.

LIVRO 2

OS ARQUIVOS DAS COMPANHIAS DE TEATRO E A SUA DESCRIÇÃO

Maria João Brilhante (coord.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2023, 71 pp.

O segundo livreto apresenta a primeira fase de trabalho do ARTHE. Ficamos a conhecer os arquivos sediados na biblioteca da FLUL e de que forma eles contribuíram para a produção de alguns princípios fundamentais para o projeto e, de forma um pouco mais detalhada, o que é o arquivo do Teatro da Cornucópia (o seu inventário, alguns

desafios encontrados durante a pesquisa, o que as primeiras pastas consultadas sugerem sobre a história da companhia e sobre a história do período).

Também são apresentados os questionários enviados para as companhias (publicado na íntegra no Anexo do livreto) e o que as primeiras respostas indicavam sobre o estado destes arquivos, sobre a auto-percepção das companhias sobre os seus arquivos, e sobre as necessidades que existem para a salvaguarda deste patrimônio; questões fundamentais para um primeiro diagnóstico da situação dos arquivos das artes performativas em Portugal.

LIVRO 3

PERSPECTIVA COMPARATISTA NA RECOLHA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE ARQUIVOS DE TEATRO

Maria João Brilhante (coord.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2024, 63 pp.

No primeiro capítulo, Maria João Brilhante atualiza o leitor sobre as “missões que nos levaram a atravessar o país ao longo de 2023” e o seu impacto na investigação, destacando a riqueza do que foi encontrado nestes arquivos e o que estas descobertas trazem de novo para a historiografia. Ressaltando a importância de alargar horizontes e de cruzar experiências para entender semelhanças e diferenças entre a realidade portuguesa e o que tem sido feito em prol do “arquivar o teatro” pelo mundo, ela reflete ainda sobre as vantagens de adotar uma abordagem comparativa para o estudo dos arquivos que estavam sendo mapeados.

O terceiro livreto surge justamente no seguimento da Conferência Internacional Arquivos Cruzados, promovida pelo ARTHE com o intuito de divulgar a pesquisa, ouvir parceiros e conhecer

outras perspectivas. Elizabeth R. Azevedo, o Coletivo Arde e Marco Baravalle foram os três participantes da conferência escolhidos para colaborar com a coleção, falando das suas experiências a partir do Brasil, do Chile e da Itália, respectivamente, nos capítulos “Centro de Documentação Teatral: criação, atuação e perspectivas”; “Arte de arquivo, pensar los archivos desde el sur” e “Performance, Commons and the Archive”, compartilhando as dificuldades semelhantes que enfrentam e as soluções possíveis que foram encontrando.

LIVRO 4

HISTÓRIA ORAL E METODOLOGIAS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DOS ARQUIVOS DE TEATRO

Ana Bigotte Vieira (org.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2024, 52 pp.

O quarto livreto possui um enfoque na história oral, tendo em vista que uma das etapas do projeto ARTHE previa a realização de cerca de 25 entrevistas^[4] com fontes vivas da história do teatro português que atuaram sobretudo no contexto dos processos de teatro independente e de descentralização. Surge com o objetivo de reunir diferentes experiências de investigação que problematizem o uso desta metodologia.

Enquanto Luísa Tiago Oliveira nos guia em um panorama histórico do uso da história oral no âmbito internacional e nacional; Gonçalo Frota compartilha um pouco da sua larga experiência jornalística refletindo sobre o fato de a memória desencadear sempre outras pequenas memórias, sobre as distorções da memória e sobre a nossa responsabilidade como pesquisadores, já que “um arquivo de entrevistas

[4] Até o momento de produção deste livreto já haviam sido feitas 21 entrevistas com personalidades como Adolfo Gutkin, Antonino Solmer, Christine Zurbach, Luís Varela, João Mota, Filipe La Féria, Maria do Céu Guerra e Rui Mendes, entre outros.

sem utilização real e efectiva é apenas uma história oral em potência, uma história oral à espera de acontecer e de tomar forma”.

Catarina Laranjeiro, por sua vez, escolhe compartilhar três encontros que ocorreram durante a sua investigação por eles serem ilustrativos “de como os caminhos pelos quais a história oral nos conduz, são repletos de contradições, de silêncios, de não-ditos, de ambiguidades. Que nos fazem ficar sem chão”. Uma das experiências que compartilha faz com que qualquer pesquisador que já tenha trabalhado com história oral transborde de solidariedade ao ler o seu relato sobre os imprevistos que acontecem durante uma entrevista e que, neste caso, transformaram seja o guião de perguntas cuidadosamente preparado seja a câmara e o gravador devidamente carregados em ferramentas inúteis diante da imprevisibilidade de um entrevistado ansioso para contar a sua história.

LIVRO 5

PERSPECTIVAS ACTUAIS SOBRE ARQUIVOS DIGITAIS

Maria João Brilhante e Ana Bigotte Vieira (org.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2024, 74 pp.

O quinto livreto nos oferece um pequeno manual sobre arquivos digitais. Reflete sobre o encontro promissor entre o ambiente digital e as artes performativas, apresenta um pequeno histórico sobre as primeiras bases de dados criadas em Portugal nos anos 1990 (como a CETbase), traz as definições de “digital” e de “digitalização”, e mapeia a situação das bases de dados em Portugal hoje, mostrando quais desafios enfrentam de acordo com a perspectiva das humanidades digitais. Defende que a tecnologia precisa ser “mais que um instrumento para a preservação e classificação”, funcionando na prática para as próprias companhias responsáveis pelos arquivos e para os pesquisadores que irão estudar aqueles arquivos, e aborda

as vantagens e os riscos que se apresentam na “nova era do digital”, em que as tecnologias se tornam obsoletas muito rapidamente, nos colocando diante do desafio da sustentabilidade.

José Pedro Sousa explica com uma grande riqueza de detalhes o que seria necessário para a criação de um dispositivo de armazenamento e recuperação de dados e quais os cuidados que precisamos de ter com a digitalização, a descrição e a criação de metadados, apresentando os três passos basilares para a criação de uma base de dados relacional, mencionando os desafios que cada uma das muitas etapas que sublinha podem apresentar e quais seriam as possíveis soluções para enfrentar tais obstáculos.

O livreto compartilha exemplos práticos através dos capítulos de Paula Parente Pinto e de João Sousa, que apresentam o *website performingthearchive.com*, refletindo sobre a performance-arte como conceito, falando sobre os desafios que enfrentaram para criar o website, destacando a importância dos princípios curatoriais para o trabalho que desenvolvem. Por último, Sara Orsi também oferece uma abordagem prática mencionando exemplos de projetos de *web-based performances* como o *New Old Films*, de aplicações como o *Bifurcações Especulativas* e de catálogos como o *Whole Web Catalog*. A autora reflete sobre as transformações sofridas pelo conceito de arquivo evidenciando as novas tarefas, princípios e pressupostos que envolvem o arquivo. Aborda a relação do documento digital com o analógico, problematiza sobre a internet (esse “hiper-arquivo-relacional”) e chama a atenção sobre o papel ativo dos utilizadores dos arquivos.

LIVRO 6

ESTADO GERAL DOS ARQUIVOS DE TEATRO EM PORTUGAL

Maria João Brilhante (org.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2025, 52 pp.

Salvaguarda e transmissão, duas palavras-chaves que estão na essência do ARTHE, aparecem neste livreto costurando os capítulos que o compõem. Este livreto foi produzido em uma fase em que a equipe do projeto estava de fato imersa nos arquivos, já que, conforme afirma Pedro Cerejo, “para se trabalhar sobre arquivo é mesmo preciso mergulhar nos arquivos” e “uma das mais belas formas de recolher informação é mesmo deixar-se levar pela consulta dos arquivos mais ou menos arrumados, mais ou menos poeirentos”, permitindo que “elementos chamem elementos”.

Os autores nos contam que materiais foram encontrados durante as diversas visitas feitas às companhias; que semelhanças e diferenças foram observadas entre um arquivo e outro; que dificuldades as companhias enfrentam e como isso impacta nos seus arquivos. Além disso, ficamos a saber algumas conclusões importantes retiradas das análises feitas pelo projeto, como a percepção sobre a dispersão dos arquivos e a importância do estabelecimento de uma REDE que promova o diálogo entre materiais e documentos complementares.

O capítulo de Fábio Marques Belém descreve aquilo que consiste em uma das maiores contribuições do projeto ARTHE: o empoderamento das companhias teatrais. Os questionários exploratórios, as conversas com os responsáveis pelos arquivos das companhias e as muitas horas de trabalho passadas pela equipe dentro destes espaços atuaram no sentido de “mobilizar as próprias companhias teatrais para que desenvolvam práticas arquivísticas”, convidando os responsáveis por estes arquivos a refletirem sobre a riqueza dos seus

acervos, “encorajando cada grupo a gerenciar e preservar sua própria memória”. A reflexão sobre a ativação do arquivo, por exemplo, possui um papel fundamental para o empoderamento destas companhias, pois, conforme nos lembra Laura Rozas, “os arquivos não são apenas registos em repouso”, sendo crucial estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de preservar e o desejo de partilhar.

LIVRO 7

TEATRO INDEPENDENTE E DESCENTRALIZAÇÃO

Maria João Brilhante (org.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2025, 98 pp.

O sétimo livreto desta coleção trata dos dois conceitos que estão na base do ARTHE, de onde partiram as primeiras perguntas do projeto destinadas aos arquivos que seriam analisados. Os capítulos aqui reunidos são sínteses das investigações desenvolvidas por Tiago Ivo Cruz, Laura Rozas Letelier, Carolina Valente e Fábio Marques Belém, integrantes da equipe do projeto que produziram as suas pesquisas de mestrado e de doutoramento a partir dos arquivos escolhidos pelo projeto. Aqui ficamos a conhecer alguns dos materiais encontrados nos arquivos de Mário Barradas, do Teatro da Cornucópia, do Teatro A Comuna e da companhia O Bando e o que eles sugerem sobre estes dois processos fundamentais para a compreensão do contexto teatral das décadas de 1970 e 1980.

O livreto começa por trabalhar o significado destes conceitos e a pluralidade de noções que coexistiram no período em questão; a circulação destas ideias em Portugal, o contraste com os debates que aconteciam a nível europeu; as evidências dessas pluralidades nos repertórios teatrais das companhias portuguesas; e a relação destes processos com a arena institucional e política. A partir do arquivo de Mário Barradas Tiago Ivo Cruz analisa a trajetória do precursor

da descentralização teatral em Portugal, evidenciando os obstáculos que enfrentou para o êxito do seu projeto e os resultados dos seus esforços concretizados na criação do Centro Cultural de Évora (CCE), em 1975. Com outros materiais deste mesmo arquivo, Carolina Valente investiga a experiência da Associação Técnica e Artística da Descentralização Teatral (ATADT), desde a sua criação em 1976 e até o seu encerramento em 1984, analisando os Encontros da Descentralização Teatral promovidos pela ATADT.

Já Laura Rozas escolhe olhar para a experiência de duas companhias teatrais portuguesas, O Bando e A Comuna, procurando compreender o conceito de “lugar teatral” no contexto das ocupações teatrais (e não só) que ocorreram logo após o 25 de Abril e que trouxeram para o centro do debate uma nova concepção sobre os espaços do teatro independente.

O livreto encerra com o capítulo de Fábio Belém que nos guia em um “passeio historiográfico”, desde a Segunda Guerra Mundial até o final do século XX, observando os vários ciclos do movimento do teatro independente ao longo da história do teatro português. A partir da análise de diversos materiais encontrados em arquivos e da leitura de referências bibliográficas fundamentais retiradas da biblioteca criada pelo ARTHE^[5], ele categoriza as companhias de teatro independente em Portugal em fases distintas, cada uma delas marcada por características específicas e por contextos estéticos e políticos distintos que impactavam no conjunto de questões reivindicadas.

LIVRO 8

ARQUIVOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CRIAÇÃO

Maria João Brilhante e Ana Bigotte Vieira (org.), Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, 2025, 59 pp.

O último livreto desta coleção amarra os outros sete que o antecederam. Aqui são escolhidos dois pontos de partida diferentes que nos lembram sobre as inúmeras possibilidades de transmissão da memória e sobre o seu papel na atualidade. Desta vez, a palavra é dada para aqueles que no seu cotidiano lutam incansavelmente para transformar diferentes materiais de arquivo em arte.

Partindo do museu, “mais especificamente o lugar onde se encontram todas as coisas”, somos convidados a refletir junto de Hélia Marçal sobre o amontado de “coisas” que existem nos museus, nos arquivos e em outras instituições de memória, “resíduos do que em tempos foi um objeto apreciado”, sobre as relações de poder que existem no seio destas instituições que definem os valores das coisas, sobre a potência da coisa que se torna objeto e sobre o risco de um objeto se tornar mais uma vez coisa. Situando este debate em Portugal, ela

← [5] Ao longo da execução do projeto, o ARTHE criou uma biblioteca física e virtual composta pelos livros produzidos pelas companhias teatrais parceiras (edições comemorativas, por exemplo, publicadas no aniversário dos grupos); por *links* com materiais audiovisuais e sites na web; por teses e dissertações depositadas em repositórios nacionais e internacionais; além de documentos que compõem a legislação do período analisado. O objetivo foi criar uma espécie de “chão comum” com um conjunto de referências bibliográficas consideradas relevantes para a compreensão das questões que estavam sendo analisadas e que pudesse ser consultado por todos os membros da equipe sempre que houvesse a necessidade de estudo da contextualização histórica, política, sociológica, cultural e artística do teatro português no século XX, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 em que se inserem os processos de teatro independente e de descentralização teatral. No primeiro livreto desta coleção Laura Rozas Letelier conta de forma mais detalhada sobre a constituição desta biblioteca, que mais tarde foi disponibilizada no website do projeto e que pode ser consultada em: <https://arthe.ceteatro.pt/recursos/>.

destaca a difícil realidade que as companhias têm atravessado por conta da falta de recursos para a preservação dos seus arquivos e a manutenção das suas atividades, o que tem levado a perda de espólios documentais e ao encerramento de muitas companhias, alertando que “sem o tempo, recursos e infraestruturas conducentes à inventariação, catalogação e conservação destes arquivos, as coisas nunca deixarão de ser coisas”.

Os outros dois autores convidados a colaborar neste livreto partem do palco para dividir conosco o potencial artístico dos arquivos. André Amálio explica o processo criativo de teatro documental da companhia Hotel Europa, contando como utilizou testemunhos orais e documentos históricos para construir o espetáculo *Portugal não é um país pequeno*, encenado pela companhia em 2015. São mencionadas questões como as reflexões do grupo sobre a necessidade de criticar a história inserida nos arquivos públicos, as evidências retiradas dos relatos dos entrevistados e os critérios utilizados para a leitura, a análise e a utilização destes materiais em cena, ressaltando a importância do trabalho com o arquivo que permite “inscrever um novo discurso na esfera pública”.

O arquivo também é o grande protagonista do trabalho de Joana Craveiro, diretora artística do Teatro do Vestido, que nos apresenta “um conjunto de fragmentos sobre a observação do mundo a partir de arquivos, colecções e objectos vários”, refletindo sobre estes “arquivos que irão continuar a assombrar-nos, a menos que os olhemos de frente”. A autora seleciona uma série de histórias suas e da sua companhia, encontros com variados tipos de pessoas e de arquivos; algumas das muitas histórias e dos muitos arquivos (vivos) que moram no arquivo do Teatro do Vestido, que se tornaram base para diversas criações do grupo e que moldaram a prática arquivística do Teatro

do Vestido que entende a preservação da memória como “uma forma activa e concreta de resistência”, que acredita no “desenvolvimento de uma arquivística militante, engajada e participada, ancorada nas experiências das pessoas comuns e suas histórias e na preservação de uma ideia de *pequena(s) memória(s)*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro esta recensão destacando um último ponto sobre esta coleção: a sua utilidade para diferentes tipos de públicos, oferecendo um enorme conjunto de lições que servem, ao mesmo tempo, para a sociedade em geral, para as companhias teatrais, para o poder público e para aqueles que se dedicam à investigação.

Nestes livretos, as companhias parceiras do projeto têm a oportunidade de ler as suas próprias vozes sendo valorizadas; de ver as suas angústias, anseios, dificuldades e necessidades recebendo a devida atenção; de sentir que os seus esforços cotidianos pela preservação dos seus arquivos são apreciados; e de refletir sobre as possíveis ações que podem fazer enquanto responsáveis por estes acervos para que estas memórias não se percam. Para as outras companhias teatrais que irão ler esta coleção, os livretos poderão ajudar a perceber que o conjunto de “coisas” que possuem são na verdade um arquivo, que existem outras companhias com dificuldades parecidas com as suas, que existe uma enorme responsabilidade na escolha do que preservar; e que os acervos que possuem podem ser matéria cênica para novas criações, podem ser transformados em livros que divulguem a história da companhia ou podem virar fontes históricas para futuras investigações, se forem preservados e disponibilizados.

Para o poder público, os livretos são pequenos manuais com uma série de lições valiosas. Caso os responsáveis pelo cuidado com os arquivos portugueses escolham (e esperamos que sim) fazer algo em prol da proteção da memória do teatro português receberiam aqui um diagnóstico minucioso do estado dos arquivos de teatro e das artes performativas em Portugal. Não precisariam partir do zero para mapear os arquivos que existem e que ainda não são reconhecidos enquanto tal, para traçar diagnósticos sobre as necessidades que existem e nem mesmo para pensar em soluções possíveis para resolver os problemas que colocam em risco de esquecimento estas histórias, pois o ARTHE, conforme documentado nesta coleção, já o fez.

Os livretos vão além de indicar os problemas ou de explicar as consequências que cada obstáculo oferece a curto, médio e a longo prazo, pois apontam a todo o momento para as ações práticas que poderiam ser feitas. Mencionam as necessidades em comum e aquelas que são específicas para cada um destes arquivos, detalham a composição destes acervos e as memórias que eles abrigam (e que vão tão além da história do teatro português), contam sobre o que já tem sido feito pelos responsáveis por estes arquivos e sobre o que ultrapassa aquilo que está ao alcance das companhias, explicam o que tem sido feito no mundo para a proteção desse patrimônio e que ainda falta fazer em Portugal e, principalmente, emitem um alerta para a necessidade de recursos humanos, técnicos e financeiros que o cuidado com os arquivos exige.

A coleção destaca a importância da implementação de políticas culturais, sugere que novos usos poderiam ser pensados para as ferramentas públicas que já existem e indica como pequenas ações poderiam auxiliar na resolução de grandes problemas. Os meios necessários para a proteção e manutenção destes acervos vão desde a cedência de espaços físicos capazes de abrigar estes arquivos até a disponibilização

de técnicos da arquivística qualificados para tratar destes materiais; passando pela oferta de formações na área para aqueles que já fazem o possível para defender as suas histórias, pelo auxílio na criação de plataformas digitais seguras que possam salvaguardar estas memórias da ação do tempo e pela construção de redes que permitam o diálogo entre arquivos e documentos dispersos pelo país.

Para aqueles que investigam o teatro, as artes performativas ou os arquivos os livretos são um “manual de boas práticas de investigação”. Através dos muitos capítulos que narram as missões do ARTHE – atravessando o país “desde a Madeira até ao Algarve, passando por Minho e Trás-os-Montes”, indo ao encontro das companhias teatrais e dos seus arquivos, se utilizando de uma escuta ativa e sensível para ouvir as suas dificuldades – nós, investigadores, aprendemos sobre a riqueza da pesquisa de campo e sobre a humildade de saber ver e ouvir atentamente os nossos “objetos de estudo”. Outra lição nos é dada através da constante preocupação do projeto não apenas com a entrega de um “resultado final” mas com a divisão do passo a passo da investigação. A escolha de ir mostrando cada uma das respostas que obtinham e o leque de novas perguntas que surgiam; dividindo com os leitores as muitas vezes em que a equipe precisou recalcular rotas previamente definidas, ensinam que uma investigação é viva, essencialmente dinâmica, e que deixar que ela assim o seja condiciona (e muito) a qualidade da pesquisa. Nos lembra também que a divisão do percurso da nossa investigação pode auxiliar outras pessoas que investigam, abrindo pistas para novos estudos, oferecendo pontos de partida metodológicos para outros pesquisadores, inspirando novas formas de se fazer pesquisa.

Além disso, é esse compartilhar que desmistifica o trabalho do investigador e que aproxima a sociedade do que nós fazemos.

Quando se decide narrar os detalhes sobre os bastidores de uma investigação torna-se possível que a sociedade fique a saber que para se produzir conhecimento, são necessários anos, meses, semanas, dias inteiros, horas intermináveis passadas abrindo caixas empoeiradas, lendo e analisando documentos, organizando e descrevendo informações, preenchendo tabelas, se questionando a todo instante, debatendo com equipas, ouvindo pessoas. Trazer isso para a consciência coletiva é fundamental para a valorização da pesquisa científica, em especial no caso das ciências humanas.

Seja para investigadores ou para companhias teatrais, seja para a sociedade em geral ou para o poder público, o fato é que esta coleção nos oferece um conjunto infindável de lições condensadas em oito pequeninos livretos, disponibilizados na íntegra no *website* do projeto ARTHE^[6] e que lá estão à espera de serem lidos.



[6] Os livretos podem ser descarregados aqui: <https://arthe.ceteatro.pt/recursos/>.

